

ÍNDICE

V.B	Planos e Programas Governamentais	1/20
V.B.1	Planos e Programas Federais	1/20
V.B.2	Planos e Programas Estaduais	8/20
V.B.3	Planos e Programas Municipais.....	14/20
V.B.4	Compatibilidade com o Empreendimento	20/20

V.B Planos e Programas Governamentais

Neste item são apresentados os principais planos e programas governamentais, estaduais e municipais levantados a partir de dados secundários e de entrevistas em campo realizadas com os gestores públicos dos municípios de Fortaleza e do Rio de Janeiro (onde está inserida a Área de Influência da atividade), com foco nas atividades de pesca, turismo e meio ambiente.

V.B.1 Planos e Programas Federais

No âmbito do Plano de Aceleração do Crescimento (PAC), para o município do Rio de Janeiro (RJ) existem 173 empreendimentos ligados à infraestrutura social e urbana; 14 voltados para infraestrutura logística e um relacionado à infraestrutura energética. Dos programas relacionados à infraestrutura social e urbana, cinco relacionam-se a unidades básicas de saúde; 29 a equipamentos de esporte de alto rendimento; 12 ligados ao PAC-Cidades Históricas; cinco à pavimentação; 23 a quadras esportivas nas escolas; 31 voltados para creches e pré-escolas; 16 para o saneamento; 11 para a prevenção de áreas de risco; 14 para mobilidade urbana e 27 para a urbanização de assentamentos precários.

Ainda no contexto do PAC, no município de Fortaleza (CE) existem 235 empreendimentos ligados à infraestrutura social e urbana, voltados para unidades de saúde, pavimentação, saneamento, mobilidade social e urbana, dentre outros, além de 14 empreendimentos voltados para infraestruturas logísticas.

Também no âmbito federal, a Comissão Interministerial para os Recursos do Mar (CIRM) é a instituição governamental responsável pela coordenação dos assuntos relativos à consecução da Política Nacional para os Recursos do Mar (PNRM). Ela foi criada pelo Decreto nº 74.557, de 12 de setembro de 1974 e, atualmente é composta de representantes da Marinha do Brasil (MB - Coordenador), dos Ministérios do Meio Ambiente (MMA), da Ciência e Tecnologia (MCT), da Educação (MEC), das Minas e Energia (MME) e das Relações Exteriores (MRE).

A Política Nacional para os Recursos do Mar (PNRM) tem como objetivos: promover a formação de recursos humanos; estimular o desenvolvimento da pesquisa, ciência e tecnologia marinhas e incentivar a exploração e o aproveitamento sustentável dos recursos do mar, das águas sobrejacentes ao leito do mar, do leito do mar e seu subsolo e das áreas costeiras adjacentes.

Foram elaboradas até a presente data nove versões, (considerando a atual), de Planos Setoriais para Recursos do Mar (PSRM). As oito primeiras versões foram focadas na geração de conhecimento sobre o ambiente marinho e na formação de recursos humanos, objetivando oferecer suporte para o uso sustentável dos recursos vivos e não vivos na Amazônia Azul,

existentes no leito do mar, seu subsolo e águas sobrejacentes, áreas costeiras adjacentes e de outras áreas marinhas de interesse nacional.

A versão atual, IX PSRM, com validade de 2016 a 2019, seguindo as diretrizes e princípios da PNRM, possui os seguintes objetivos:

- A promoção da pesquisa científica e do desenvolvimento tecnológico;
- O monitoramento dos recursos vivos marinhos e a sua conservação, exploração e exploração sustentáveis;
- A prospecção da biodiversidade costeira e marinha com vistas a sua conservação e exploração sustentáveis;
- O levantamento dos recursos não vivos e as suas potencialidades nas áreas marítimas nacionais, bem como nos espaços marítimos de interesse além dos limites da jurisdição nacional, e sua exploração e exploração sustentáveis;
- A pesquisa e o monitoramento ambiental em mar profundo;
- O monitoramento dos oceanos, da atmosfera adjacente e do clima;
- A resgate e o fortalecimento da mentalidade marítima na população brasileira;
- A formação continuada de recursos humanos em Ciências do Mar;
- A promoção do uso compartilhado do ambiente marinho.

O IX PSRM contempla a Zona Costeira, o Mar Territorial, a Zona Econômica Exclusiva (ZEE), a Plataforma Continental brasileira e os espaços marítimos internacionais de interesse para o Brasil.

As ações previstas pelo IX PSRM são:

- Avaliação, Monitoramento e Conservação da Biodiversidade Marinha - Revimar

Programa de competência do Ministério do Meio Ambiente - IBAMA e ICMBio. Possui como objetivos estabelecer as bases científicas e ações integradas capazes de subsidiar políticas, ações e estratégias de gestão compartilhada para conservação e uso sustentável dos recursos vivos.

- **Aquicultura e Pesca - Aquipesca**

Programa de competência do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA. Possui como objetivos articular, em ambiente cooperativo interministerial, a execução de ações prioritárias do Plano de Desenvolvimento Sustentável da Pesca e Aquicultura, a fim de promover a pesca sustentável, o monitoramento da atividade pesqueira, a promoção da ciência e tecnologia, a qualificação profissional de pescadores e aquicultores e o desenvolvimento da maricultura.

- **Biotecnologia Marinha - Biomar**

Programa de competência do Ministério da Ciência e Tecnologia, que possui como objetivos Promover e fomentar o estudo e a exploração sustentável do potencial biotecnológico da biodiversidade marinha existente nas AJB e em outras áreas de interesse nacional, visando ao desenvolvimento científico, tecnológico e econômico do País.

- **Avaliação da Potencialidade Mineral da Plataforma Continental Jurídica Brasileira - Remplac**

Programa de competência do Ministério de Minas e Energia. Possui como objetivos Avaliar a potencialidade mineral da PC, a fim de possibilitar a utilização sustentável dos recursos não vivos.

- **Prospecção e Exploração de Recursos Minerais da Área Internacional do Atlântico Sul E Equatorial - PROAREA**

Programa de competência do Ministério das Relações Exteriores e do Ministério das Minas e Energia. Possui como objetivos dar seguimento as atividades de identificação e avaliação da potencialidade mineral de regiões com importância econômica e político-estratégica localizadas na “Área” com vistas à elaboração de proposta, a ser apresentada à ISBA, para prospecção e exploração desses recursos minerais, bem como implementar atividades previstas em Plano de Trabalho aprovado pela ISBA.

- **Sistema Brasileiro de Observação dos Oceanos e Estudos do Clima - GOOS-BRASIL**

Programa de competência da Marinha do Brasil - DHN. Tem como objetivos Ampliar e consolidar um sistema de observação permanente dos oceanos, zona costeira e atmosfera, bem como fomentar o sistema para disponibilização dos dados coletados para acesso público a fim de subsidiar estudos, aprimorar o conhecimento científico e apoiar a elaboração de previsões meteoceanográficas e ações, contribuindo para redução de riscos e vulnerabilidades decorrentes de eventos meteoceanográficos extremos que afetam o Brasil.

- Promoção de Mentalidade Marítima - PROMAR

Programa de competência da Marinha do Brasil, representada pela SECIRM. Possui como principal objetivo Promover o desenvolvimento de uma mentalidade marítima na população brasileira.

- Formação de Recursos Humanos em Ciências do Mar - PG-MAR

Programa de competência do Ministério da Educação, que visa a fortalecer a formação de recursos humanos qualificados para promover o conhecimento sobre os componentes, processos e recursos dos ambientes marinho e costeiro.

Outros programas desenvolvidos a nível federal são apresentados a seguir, de acordo com o órgão competente.

Ministério das Comunicações (MC)

- Plano Nacional de Banda Larga - PNBL

Criado pelo Decreto Nº 7.175/2010, tem como objetivo principal ampliar o acesso à internet em banda larga no país, principalmente nas regiões mais carentes dessa tecnologia. Sua atualização em 2016 tem como meta universalizar o acesso à internet rápida no Brasil, chegando a 95% da população e 70% dos municípios (atualmente são 52%). Adicionalmente, a nova etapa do PNBL tem como foco a melhoria da conexão à rede nas escolas para ampliação da educação digital. Em 2010, ano de lançamento do programa, o Brasil contava com 30 milhões de acessos à internet banda larga. Em 2016, esse número ultrapassa os 215 milhões, assim, a expansão da infraestrutura de telecomunicações é de grande relevância para o país e tem sido o centro das políticas públicas desenvolvidas pelo Ministério das Comunicações. Cabe ressaltar que durante a elaboração do presente Estudo Ambiental, o governo interino anunciou apresentar uma nova versão do Plano Nacional de Banda Larga até o final de agosto de 2016, embora ainda não tenham sido antecipadas medidas nem se serão mantidas as metas divulgadas anteriormente (IDEC, 2016).

Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA)

- Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - Pronaf

No âmbito do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), o Pronaf foi criado para possibilitar a geração de renda e melhorar a condição da mão de obra da agricultura familiar nas áreas rurais e comunitárias (além de pescadores, extrativistas, agricultores assentados). O

Pronaf é uma política pública voltada para agricultores familiares, pescadores artesanais e aqüicultores e suas organizações. O programa tem por finalidade contribuir para o desenvolvimento desses grupos por meio de assistência técnica e financiamento a juros baixos de infraestrutura, produção e capacitação dos pescadores. Podem participar do Pronaf os pescadores e pescadoras que se dediquem à pesca artesanal com fins comerciais, explorando a atividade como autônomos, com meios de produção próprios ou regime de parceria com outros pescadores artesanais. Para acessar o benefício, as unidades familiares de produção devem comprovar os critérios para receber os incentivos (condição de trabalho, renda anual). Durante levantamentos em campo, foi identificado que grande parte dos pescadores artesanais recorre a este programa como principal financiador de todo aparato material necessário para pesca.

Ministério do Meio Ambiente (MMA)

O MMA possui uma série de programas que visam contribuir para a conservação e preservação ambiental, seja por meio de ações de educação ambiental, instrumentos políticos e de gestão territorial, ou focalizados em áreas de preservação mais sensíveis e em populações específicas.

Os que compreendem o território de Fortaleza são Agenda 21 e Zoneamento Ecológico Econômico que consistem em um planejamento voltado pra a proteção ambiental e promoção de uma cidade socioambientalmente justa, de forma a harmonizar os interesses econômicos e os aspectos sociais e ambientais. Além disso, existe o Projeto Orla que busca ordenar o espaço litorâneo com a contribuição da sociedade civil, municípios, estados e a União. A educação ambiental também é uma atividade proposta pelo MMA que converge com as demais, pois visa implementar pelo meio educativo e pela consciência dos estudantes e moradores o controle sobre o meio ambiente, entendendo este como dimensão cultural, social, econômica, ética, política e econômica.

Ministério do Turismo (MT)

O Ministério do Turismo possui diferentes eixos de ação direcionados para cada aspecto do turismo, de como melhor atender o turista, desenvolver infraestrutura de turismo local, planejar o desenvolvimento sustentável do espaço turístico e viabilizar a participação social e a descentralização do processo de participação por meio do turismo. Destacam-se os seguintes programas:

- Programa de Regionalização do Turismo

Este Programa trabalha a convergência e a interação de todas as ações desempenhadas pelo MTur com estados, regiões e municípios brasileiros. Seu objetivo principal é o de apoiar a estruturação dos destinos, a gestão e a promoção do turismo no País.

Esse programa de enfoque territorial foi reformulado em 2013, quando foram definidos seus oito eixos de atuação, que orientam as ações de apoio à gestão, estruturação e promoção do turismo nas regiões e municípios.

- Programa Regional de Desenvolvimento do Turismo - PRODETUR

Este Programa busca organizar as intervenções públicas para o desenvolvimento da atividade turística, através de prévios processos de planejamento das regiões turísticas.

- Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego - PRONATEC TURISMO

O Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) desenvolvido pelo Ministério da Educação (MEC) tem como objetivo democratizar o acesso à educação e ao mercado de trabalho por meio da criação de cursos técnicos e profissionalizantes. Em parceria com o Ministério do Turismo (MT), o Pronatec tem uma interface com a promoção do espaço turístico por meio da criação de cursos de gastronomia, bar, hotelaria para profissionalizar a mão de obra local, principalmente, dos jovens em situação de vulnerabilidade social.

Este Programa busca qualificar quem já trabalha com turismo (Pronatec Turismo na Empresa e Pronatec Turismo Desenvolvimento Social) e também quem pretende se profissionalizar no setor (Pronatec Turismo Cidadão e Pronatec Turismo Social) para atendimento aos turistas com qualidade e competência.

- Programa Viaja Mais

Foi criado para incentivar os brasileiros a viajarem pelo Brasil. Este programa Viaja Mais integra o Plano Nacional de Turismo 2013 - 2016 e foi instituído pela portaria MTur 228, de 3 de setembro de 2013. Este programa é composto pelos seguintes projetos:

- ▶ Viaja Mais - Melhor Idade;
- ▶ Viaja Mais - Jovem (em fase de estruturação);
- ▶ Viaja Mais - Trabalhador (em fase de estruturação);

O programa *Viaja Mais - Melhor Idade* visa a facilitar a inclusão no mercado de viagens das pessoas com mais de 60 anos, aposentados e pensionistas, proporcionando a este segmento da população, a oportunidade de viajar e de fomentar o turismo nas cidades brasileiras. A iniciativa é fruto de uma ação do Ministério do Turismo, que surgiu em 2007 e teve a sua segunda edição lançada em 2013. O município de Fortaleza foi identificado como um dos principais destinos dos beneficiários do Programa Viaja Mais - Melhor Idade.

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) - Secretaria de Monitoramento e Controle da Pesca e Aquicultura -SEMOC

O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, assumiu após a extinção do Ministério da Pesca e Aquicultura em 2015, as ações e programas voltados para as atividades pesqueiras. Os principais eixos e objetivos específicos dessas ações e programas são apresentados a seguir.

Desenvolvimento da aquicultura e melhora da produção pesqueira que visa disponibilizar assistência técnica, financiar projetos de pesquisa, ampliar acesso à subvenção do óleo diesel, capacitar profissionais etc. No trabalho de campo foi identificada, junto aos pescadores, a adesão do município ao programa de subsídio para aquisição do óleo diesel. Além desse, foi apontado o Plano Safra que compreende as iniciativas econômicas e sociais voltadas para a cadeia produtiva da pesca e aquicultura, com o objetivo de impulsionar a produtividade e o empreendedorismo. O Plano oferece diferentes linhas de crédito e financiamento voltados para os pescadores, como financiamento de imóveis rurais (Programa Nacional de Habitação Rural e Programa Nacional de Crédito Fundiário), crédito para investimento (Pronaf), microcrédito produtivo rural e investimento para Agroindústria.

- Gerenciamento de recursos pesqueiros por meio da estruturação do sistema de fiscalização e da elaboração de planos de gestão do uso sustentável dos recursos pesqueiros;

Aperfeiçoar as condições de vida dos trabalhadores do setor por intermédio de ações junto aos demais ministérios. Junto ao MEC (Ministério da Educação) são realizadas atividades que contribuem para alfabetização e elevação da escolaridade dos pescadores; é promovido, também, como incentivo ao acesso à novas habitações e melhoria daquelas já existentes, em

convênios estabelecidos entre pescadores artesanais e o Ministério das Cidades; ademais, e com o apoio do Ministério do Trabalho, visa proporcionar ao pescador artesanal o acesso garantido seguro desemprego. Nas entrevistas com os pescadores do município, foi apontada a implementação do Programa Pescando Letras que tem como finalidade viabilizar a alfabetização e a continuidade do estudo dos pescadores, além disso, aqueles que são associados à colônia possuem o seguro-defeso;

Ampliar a comercialização e o consumo por meio da disponibilização de equipamentos, implantação, reforma e adequação das infraestruturas de recepção, beneficiamento, distribuição e comercialização de pescados; participação do pescado no mercado institucional, com foco no incentivo do consumo do pescado na alimentação escolar; implantação e adequação de Terminais Pesqueiros Públicos; formação da rede oficial de laboratórios para diagnóstico de enfermidades e análises de resíduos e contaminantes em recursos pesqueiros.

A Prefeitura de Fortaleza é responsável pelo novo projeto do Mercado do Peixe na Praia do Mucuripe que está em obras, atualmente. Neste período os boxes provisórios estão localizados na Praia de Iracema. Segundo os pescadores, os boxes do novo Mercado do Peixe são destinados a terceiros e não propriamente aos pescadores. Além disso, foi levantada em campo a tentativa de implementação do Programa Lagosta Viva como meio de ordenar a pesca de maneira sustentável e de conscientizar o pescador sobre a qualidade do produto. Os meios para a conservação da carne da lagosta foram oferecidos pelo extinto MPA, mas em Fortaleza o Programa não foi devidamente implementado e os pescadores não receberam os meios necessários para esta modalidade de pesca e nem investiram autonomamente neste projeto. Apenas as indústrias de pesca - Compex e Interfrios - produzem lagosta viva e a exportam para o Japão.

V.B.2 Planos e Programas Estaduais

Estado do Ceará

A Secretaria de Agricultura, Pesca e Aquicultura do Estado do Ceará (SEAPA) desenvolve ações de fiscalização e inspeção sanitária da produção, da captura, da industrialização, da comercialização, da armazenagem e dos transportes dos recursos pesqueiros e aquícolas. Essas medidas tem como fim atribuir ao pescado que é adequadamente capturado, transportado, e armazenado, um diferencial, o Selo de Inspeção Estadual, que garante a qualidade do pescado ao consumidor e agrega maior valor econômico ao produto. A estratégia da iniciativa da SEAPA é

minimizar a atuação do comércio ilegal e fomentar o registro dos estabelecimentos que comercializam pescado na Coordenadoria de Ordenamento Controle e Registro (COREC), e cobrar maior responsabilidade dos estabelecimentos de pesca ao longo da cadeia produtiva do pescado - rótulo, embalagem, saneamento básico, boas práticas de fabricação.

Já a SEMACE (Superintendência Estadual do Meio Ambiente) do Estado do Ceará executa diferentes programas direcionados para gestão e revitalização de unidades de conservação, planos voltados para o desenvolvimento e educação ambiental na floresta, monitoramento da água, dos ativos ambientais, gerenciamento costeiro e programas de ação do desenvolvimento do turismo na região. Dentre essas atividades, destacam-se:

- Programa da Biodiversidade - PROBIO:

O Programa da Biodiversidade (PROBIO), integrante do Plano Plurianual do Estado do Ceará, período 2004-2007 alinhado ao eixo Ceará Vida Melhor, sob a coordenação da Superintendência Estadual do Meio Ambiente (EMACE), pela Coordenadoria Florestal (COFLO) e pelo Núcleo de Planejamento e Fomento (NUPAF), tendo como principais objetivos a conservação da diversidade biológica, uso sustentável de seus elementos e repartição justa e equitativa dos benefícios derivados da utilização dos recursos genéticos. A proposição do referido programa é resultante da implementação da Política Nacional de Biodiversidade - Ministério do Meio Ambiente - MMA.

Neste contexto, o Estado do Ceará por meio da SEMACE apresentou propostas culminando com a elaboração do “Plano Estadual de Biodiversidade - Contribuições do Estado do Ceará”. Este plano tem como principais objetivos, implementar ações que propiciem a criação e o fortalecimento das Unidades de Conservação Estaduais, implantando o Sistema Estadual de Unidades de Conservação (SEUC), assegurando o uso sustentável dos recursos ambientais de forma justa e equitativa. Visa, também, ao fortalecimento e a gestão das UC estaduais; a promoção da realização de inventário e identificação da diversidade biológica nos biomas caatinga, serras úmidas e ecossistemas associados; ao monitoramento, avaliação e mitigação de impactos que propiciem a degradação dos recursos naturais; à avaliação de áreas potenciais para criação de UC, preferencialmente de proteção integral (conservação *in situ*); ao estabelecimento de medidas para a conservação ex situ de componentes da diversidade biológica; ao estímulo da conscientização da população por meio da educação ambiental; e à elaboração e aplicação dos instrumentos legais.

- Programa Estadual de Valorização das Espécies Vegetais Nativas

Este programa foi criado pela Lei Nº 16.002, de 02 de maio de 2016, objetiva implementar uma política de valorização das espécies vegetais nativas no Estado do Ceará, contribuindo com a conservação dos ecossistemas locais e espécies nativas. A Secretaria do Meio Ambiente (Sema) coordena o Programa Estadual de Valorização das Espécies Vegetais Nativas em áreas públicas e privadas, cuja atividade será ainda regulamentada por Decreto Estadual. Como diretriz da Política Florestal do Estado do Ceará, de acordo com o segundo artigo da Lei, terá ênfase na substituição gradativa das espécies vegetais exóticas invasoras por espécies nativas, de acordo com a tipologia vegetal de cada ecossistema do Estado. Esta lei incentivará os municípios do Estado do Ceará a elaborarem os seus Planos Municipais de Arborização

- Programa Estadual de Gerenciamento Costeiro (GERCO):

Trata-se de um programa integrado à iniciativa federal (Programa Nacional do Meio Ambiente para o Ceará - PNMA II), desenvolvido pelo Ministério do Meio Ambiente e realizado pela SEMACE, que atua juntamente com as Prefeituras Municipais e o Terceiro Setor (sociedade civil e ONGs) com a finalidade de contribuir para a proteção do ambiente (natural, histórico, étnico e cultural) e da qualidade de vida da população por meio da orientação sobre a utilização dos recursos naturais da zona costeira. Tem como objetivo orientar e disciplinar a utilização racional dos recursos ambientais da Zona Costeira de forma a contribuir para a elevação da qualidade de vida da população, promovendo a proteção de seu patrimônio natural, histórico, étnico e cultural.

- Programa de Controle Ambiental - PCA

Visa ações como a implementação do Sistema de Controle e Monitoramento da Qualidade do Ar; a implementação do Sistema de Controle e Monitoramento dos Resíduos Sólidos; a implementação do Sistema de Gestão Ambiental no Estado do Ceará; a realização do Inventário Estadual dos Resíduos Sólidos Industriais e, a implementação do Programa de Monitoramento da Balneabilidade das Praias.

- Programa de Educação Ambiental - PEACE

As ações do PEACE devem valorizar os mecanismos locais de gestão ambiental e as práticas participativas das organizações sociais. O PEACE deverá, em seu conjunto, integrar o sistema nacional de educação ambiental, envolvendo de forma descentralizada os órgãos que, no

Estado do Ceará, atuam em Educação e Meio Ambiente, em articulação com entidades da sociedade civil e outras instituições parceiras.

- Programa de Ação para o Desenvolvimento do Turismo do Nordeste (PRODETUR/CE II):

O objetivo específico do programa é viabilizar o desenvolvimento econômico do Estado do Ceará por meio da organização da infraestrutura para atrair investimentos nos setores produtivos - indústria do turismo, agroindústria e serviços.

A segunda fase do Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste - PRODETUR/CE II - tem como principais objetivos: dar sustentabilidade ao turismo no Polo Turístico Costa do Sol, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida dos municípios beneficiados na primeira fase do Programa (Fortaleza, Caucaia, São Gonçalo do Amarante, Paracuru, Paraipaba, Trairi, Itapipoca,) e nos Municípios de Aquiraz, Jijoca de Jericoacoara e Camocim, que deverão ser beneficiados nesta segunda fase, por terem sido impactados pelas ações desenvolvidas no PRODETUR/CE I.

- Programa Praia Limpa:

Também desenvolvido pela SEMACE é direcionado para o público das praias cearenses com objetivo de informá-lo sobre a importância da destinação correta de resíduos, principalmente restos de comida e produtos consumidos nas barracas. O programa Praia Limpa tem como finalidade específica a preservação do litoral por meio da educação ambiental e da consciência dos cidadãos e usuários do espaço.

- Projeto Crescer com Arte

A Secretaria de Direitos Humanos de Fortaleza desenvolve o Projeto Crescer com Arte que consiste em promover a educação ambiental para jovens com idade entre 13 e 17 anos, principalmente para aqueles que estão em situação de risco social. As atividades são direcionadas para a educação ambiental, oficinas de teatro, artes visuais, *hip-hop*, esporte e informática. O único requisito para participar do programa é estar regularmente matriculado na escola e manter assiduidade em aulas.

Estado do Rio de Janeiro

A Secretaria de Estado de Meio Ambiente do Rio de Janeiro possui diversos programas de atuação da política ambiental, conforme apresentado a seguir.

- Programa Ambiente Solidário

Tem como objetivos a defesa ambiental, a geração de trabalho e renda e a promoção da parceria entre os agentes públicos, terceiro setor, empresas e entidades representativas.

- Programa de Zoneamento Ecológico-Econômico do Rio De Janeiro (ZEE)

Instrumento de planejamento regional e gestão territorial que envolve estudos sobre as relações entre a sociedade e a natureza. Trata-se de um instrumento de significativa importância para o ordenamento ambiental do território fluminense, que estabelece indicadores para os limites e potencialidades de uso dos recursos naturais, por meio de estudos sobre os meios físico, biótico e socioeconômico.

- Programa Coleta Seletiva Solidária (CSS)

Realização da SEA (Secretaria de Estado do Ambiente) e do INEA (Instituto Estadual do Ambiente), em parceria com a Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), cujos objetivos são: a implantação da Coleta Seletiva Solidária, a melhoria da gestão dos resíduos sólidos urbanos nos municípios do Estado do Rio de Janeiro, o fortalecimento da cadeia produtiva da reciclagem e a valorização e inclusão social dos catadores de materiais recicláveis.

- Programa de recolhimento de óleo vegetal usado (PROVE)

Criado em 2008 pela Secretaria de Estado do Ambiente (SEA/RJ) com o objetivo de estimular a coleta de óleo de cozinha usado e a sua reutilização na produção de sabão e de fontes alternativas de energia, como o biodiesel. Em 2010 este programa passou a abranger além da Região Metropolitana, também a Região Central e a do Sul Fluminense. Visa ao fortalecimento da cadeia produtiva da reciclagem, por meio de políticas para inclusão sócio produtiva dos catadores do Aterro Metropolitano de Jardim Gramacho.

- Plano Estadual de Resíduos Sólidos do Rio de Janeiro (PERS)

Em janeiro de 2014, a Secretaria de Estado do Ambiente lançou a publicação “*Plano Estadual de Resíduos Sólidos do Estado do Rio de Janeiro - Relatório Síntese*”. A publicação apresenta o diagnóstico do cenário da disposição de resíduos sólidos no estado, um conjunto de metas, proposições e estratégias a serem perseguidas por toda a sociedade. O PERS foi elaborado em duas etapas: na primeira, anteriormente à publicação do Plano, foram realizados diagnóstico

e estudos de regionalização com o objetivo de formar consórcios públicos intermunicipais voltados para a gestão dos resíduos sólidos. A segunda etapa aprofunda os diagnósticos e apresenta metas e proposições para os diferentes tipos e fluxos de resíduos sólidos, em sintonia com o Plano Nacional de Resíduos Sólidos.

- Projeto Mosaicos da Mata Atlântica

Criado em junho de 2013, o projeto visa ao fortalecimento da sociobiodiversidade da Mata Atlântica e ao apoio à gestão integrada de mosaicos verdes de áreas protegidas no Rio de Janeiro. Visa, também, a reestruturação e ao fortalecimento dos conselhos consultivos dos mosaicos Carioca e Central Fluminense, a implantação de seus planos de gestão integrada e, a articulação da viabilização da sustentabilidade dos mosaicos de áreas protegidas.

- Programa de Apoio às Unidades de Conservação Municipais (ProUC)

De competência da Superintendência de Biodiversidade e Florestas (SBF), o ProUC tem o objetivo de incrementar o tamanho e a qualidade das áreas destinadas à conservação da biodiversidade no Estado do Rio de Janeiro, por meio do desenvolvimento e aplicação de mecanismos de apoio à criação (estudos técnicos, delimitação, consulta e audiência pública), e gestão (elaboração e implantação do plano de manejo e criação do Conselho gestor) de unidades de conservação municipais.

- Programa Elos da Cidadania

Tem por objetivo debater a temática socioambiental no ambiente escolar e estimular o diálogo dessas instituições com as comunidades vizinhas, buscando soluções coletivas para os problemas socioambientais identificados e a participação de estudantes, professores e dos demais moradores na vida pública local. Desenvolvido pela Secretaria de Estado do Ambiente, este Programa é executado em parceria com a Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia, Uerj e Fundação CECIERJ (Fundação Centro de Ciências e Educação Superior a Distância do Estado do Rio de Janeiro), com apoio das secretarias de Educação dos municípios envolvidos (Areal, Belford Roxo, Bom Jardim, Cantagalo, Cordeiro, Duas Barras, Duque de Caxias, Japeri, Mesquita, Nilópolis, Niterói, Nova Friburgo, Nova Iguaçu, Petrópolis, Rio de Janeiro, São Gonçalo, São João de Meriti, Sapucaia, Trajano de Moraes e Teresópolis).

- Programa de Desenvolvimento do Turismo do Estado do Rio de Janeiro - PRODETUR-RJ

Lançado pelo Governo do Estado em 2011, este programa prevê investimentos de US\$187 bilhões, dos quais 6,74% serão destinados para a área ambiental. O programa prevê investimentos em produtos turísticos, na melhoria da infraestrutura de cidades e no desenvolvimento da capacidade de gestão institucional e ambiental, visando ao desenvolvimento do turismo sustentável.

Entre as ações que serão executadas destacam-se: a elaboração do plano diretor estadual de turismo, fortalecimento das gestões municipal e estadual, capacitação profissional e empresarial, estudos de mercado turístico nacional e internacional, planos de gestão ambiental e plano de *marketing*, além de intervenções em infraestrutura de transporte e rodovias estaduais, de saneamento ambiental e de conservação de patrimônio histórico.

O PRODETUR-RJ contempla 23 municípios do Estado do Rio de Janeiro, dispostos em dois polos: o Polo Litoral e o Polo Serra. As regiões estratégicas para os investimentos são: Metropolitana (Rio de Janeiro e Niterói); Costa do Sol (Saquarema, Araruama, São Pedro da Aldeia, Iguaba Grande, Arraial do Cabo, Cabo Frio, Armação de Búzios e Casimiro de Abreu); Costa Verde (Paraty, Angra dos Reis, Mangaratiba e Rio Claro); Agulhas Negras (Itatiaia e Resende); Serra Verde Imperial (Petrópolis, Teresópolis, Nova Friburgo e Cachoeiras de Macacu) e Vale do Café (Valença, Vassouras e Pirai).

V.B.3 Planos e Programas Municipais

Conforme o escopo do item de Planos e Programas, que considera a compatibilidade das ações com o empreendimento, o levantamento se concentrou nas atividades que se relacionam com o presente projeto, como turismo, meio ambiente e pesca, de acordo com o diagnóstico socioeconômico. Sendo assim, dentro dessas áreas temáticas, é possível citar os programas municipais propostos em Fortaleza e no Rio de Janeiro, visto serem os municípios identificados com ações nestes três âmbitos supracitados.

Município de Fortaleza

A Secretaria Municipal de Turismo desenvolve programas estratégicos que visam estimular e consolidar o turismo em Fortaleza. São eles: capacitação e qualificação para o turismo; pesquisa e sistema de informações turísticas; marketing institucional; enfrentamento da exploração sexual contra crianças e adolescentes; além do desenvolvimento de produtos turísticos que fazem parte

do calendário de eventos da cidade. No trabalho de campo, foi levantada a iniciativa municipal em promover mais voos internacionais saindo e chegando à Fortaleza por meio de isenção de imposto sobre o combustível, visando favorecer a passagem de mais turistas no município. Os principais voos são para Miami, Bogotá, Buenos Aires, Lisboa, Cabo Verde e Frankfurt.

- Projeto Única Beira Mar e Requalificação da Beira Mar

De acordo com os gestores municipais, a iniciativa da Prefeitura de Fortaleza consiste em ordenar toda a orla da cidade de Fortaleza que é considerado seu principal atrativo turístico. A orla compreende desde a Praia de Iracema até o fim da Praia do Futuro. O objetivo é equiparar toda a Avenida Beira Mar de Fortaleza, de forma a adequar a calçada e os equipamentos para melhor atender aos turistas e moradores da região.

- Rede Cuca

A Rede Cuca é resultado de uma parceria entre o Instituto Cuca e a Prefeitura de Fortaleza e se expressa na criação de cursos para dentro das grandes áreas de Arte, Cultura e Esportes voltados para jovens entre 15 e 29 anos. O objetivo da oferta de cursos é promover a cidadania, a consciência ambiental e a construção de afinidade com alguma área profissional. A Rede Cuca conta com três estabelecimentos, localizados na Barra, em Mondubim e em Jangurussu.

Já na área ambiental, o município possui diversos planos; dentre eles, pode-se citar os seguintes:

- ▶ Plano Diretor Ambiental e Árvore na minha calçada

São ações dentro da linha do Programa de Planejamento do Ambiente Natural e do Ambiente Construído. O primeiro busca desenvolver melhores instrumentos e informações que contemplem os aspectos do município a fim de subsidiar o planejamento da cidade. O segundo permite que os moradores interessados se cadastrem para participarem do programa que consiste no plantio de mudas na calçada e na responsabilidade do morador em mantê-las com os cuidados necessários.

► Complexo Urbanístico Sustentável Novo Jangurussu

A criação do complexo é mais uma atividade que visa valorizar o meio ambiente, revitalizando a área do Jangurussu, em Fortaleza (CE), de forma que o antigo aterro se torne um parque urbano, com um complexo voltado para a reciclagem de resíduos sólidos.

► Águas da Cidade, Orla 100% balneável e o Plano de Saneamento Básico do Município

São iniciativas da Coordenadoria de Políticas Ambientais que buscam promover melhora na balneabilidade dos corpos hídricos por meio de uma série de ações, como a construção de anéis sanitários no entorno das lagoas; despoluição de riachos e lagoas; instalação de unidades de coleta e desinfecção com adição de produto químico ou radiação de ultravioleta; desenvolvimento de ações de educação ambiental; retirar moradias de caráter subnormal e indevidas; criação de planos de gerenciamento de resíduos sólidos urbanos, abastecimento de água, esgotamento e drenagem, além de contratar projetos executivos para urbanização no entorno de alguns corpos hídricos.

► Reciclando atitudes:

Dentro da esfera de um programa maior, o de Sustentabilidade do Ambiente Natural, a presente ação tem como finalidade articular e acompanhar as atividades da Rede de Catadores para orientá-los ao atendimento de grandes eventos, com foco na coleta seletiva.

► Educação Ambiental:

A Secretaria Municipal de Meio Ambiente busca, juntamente com a sociedade civil e movimentos sociais, promover e implementar projetos socioambientais, como oficinas sobre educação ambiental, seminários, implantação da Agenda 21, monitoramento das áreas verdes e controle das diferentes naturezas de poluição.

► Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos

O Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos tem como norte a Política Nacional de Resíduos Sólidos, e seus principais objetivos específicos são a proteção da saúde pública e qualidade ambiental; redução, reutilização, reciclagem e tratamento dos resíduos sólidos, bem como disposição final dos rejeitos adequada às condições ambientais; estímulo às práticas mais sustentáveis de produção e consumo de bens e serviços;

desenvolvimento de tecnologias limpas como forma de minimizar os impactos ambientais; incentivo à indústria de reciclagem, de modo a fomentar o uso de matérias primas e insumos derivados de materiais recicláveis; e articulação entre as diferentes esferas do poder público e com o setor empresarial, de modo a cooperarem em torno da capacitação técnica e financeira para a gestão integrada de resíduos sólidos. Segundo o técnico entrevistado da Secretaria de Meio Ambiente de Fortaleza, o município desenvolve uma parceria com a Petrobrás sobre o controle do destino de óleo e gordura e também no cadastro das cooperativas dos catadores. Além disso, a Prefeitura contribui para a formação dos professores na área de educação ambiental por meio dos recursos do PDDE (Programa Dinheiro Direto na Escola) e do BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento).

Município do Rio de Janeiro

▪ Secretaria Municipal de Educação

▶ Projeto Tecendo Redes por um Planeta Saudável

É desenvolvido nas 1ª, 2ª, 3ª e 4ª Coordenadorias de Educação em parceria com a FIOCRUZ (Museu da Vida - Casa de Oswaldo Cruz), o Museu de Astronomia (MAST) e o Instituto Jardim Botânico. O projeto tem como objetivo contribuir para maior efetividade das ações de popularização da ciência e tecnologia, fortalecendo processos de construção de conhecimentos científicos em comunidades economicamente desfavorecidas.

▶ Projeto Visita Interativa

Voltado para promoção de conhecimento no campo da Educação Ambiental, Arte, Educação Científica entre outros, realizada por meio de visita orientada. Abrange os seguintes projetos:

- *Projeto Riozoeducar* - Visa à promoção do aprendizado em Educação Ambiental, por meio de visitas orientadas à Fundação RioZoo. O projeto se desenvolve, por meio dos roteiros, "Mini-Fazenda" para alunos da Educação Infantil ao 5º ano e "Fauna" para alunos do 6º ao 9º ano.
- *Projeto Planetário* - Visa à participação de alunos do Ensino Fundamental, Educação Infantil, Projetos Especiais e Educação de Jovens e Adultos em visitas guiadas, nas atividades interativas de iniciação científica, especialmente, no Museu do Universo.

- *Projeto Escola e Museu* - Tem por objetivo promover a articulação de saberes por meio do acesso de professores e alunos a equipamentos culturais da cidade do Rio de Janeiro.

- Secretaria Municipal de Meio Ambiente do Rio de Janeiro

- ▶ Plano Municipal de Conservação e Recuperação da Mata Atlântica do Rio de Janeiro (PMMA-Rio)

Visa dar subsídios técnicos e executivos à SMAC para o planejamento das políticas, projetos e ações de conservação e recuperação da Mata Atlântica, como cumprimento legal instituído pelo art. 38 da Lei no 11.428/06, regulamentado pelo art. 43 do Decreto no 6.660/08 e exigido pelo Conselho Municipal de Meio Ambiente da Cidade do Rio de Janeiro (CONSEMAC). O objetivo principal é o de identificar, planejar e especificar os projetos, ações e medidas a serem adotadas visando a conservação e recuperação da Mata Atlântica, de maneira integrada às políticas sociais e ambientais vigentes no município do Rio de Janeiro.

- ▶ Programa Municipal de Educação Ambiental (ProMEA-RIO)

Previsto em legislação municipal, tem o objetivo de estabelecer os eixos, as diretrizes e temáticas necessárias ao enraizamento e fortalecimento da Educação Ambiental no município do Rio de Janeiro.

- ▶ Programa de Educação Ambiental em Áreas de Reflorestamento (PEAR)

Visa a dar suporte pedagógico às ações do Projeto Mutirão Reflorestamento. Destacam-se as seguintes ações: seleção e capacitação de Agentes Ambientais para atuarem nas comunidades beneficiadas; realização de diagnósticos socioambientais participativos, incluindo pesquisas domiciliares nas comunidades; articulação e promoção de parcerias com entidades comunitárias, projetos e programas atuantes nestas comunidades; atividades educativas diversas para os públicos formal (escolas) e informal (comunidades), incluindo oficinas de arte-educação e de reaproveitamento de materiais, reuniões comunitárias, mutirões de limpeza, palestras e visitas guiadas nas áreas de reflorestamento.

▶ Programa Mutirão Reflorestamento

Tem como objetivo básico a urbanização de comunidades de baixa renda com o uso da mão-de-obra local. Através dele, foram implantadas redes de esgoto, pavimentação, drenagem e vias de acesso em várias favelas da cidade. Em 1994, o Programa Mutirão Reflorestamento foi transferido para a Coordenadoria de Recuperação Ambiental da recém criada Secretaria Municipal de Meio Ambiente do Rio de Janeiro (SMAC), onde houve um aumento expressivo na produção e no número de frentes de trabalho. Atualmente o Sistema Mutirão compõe o conjunto de ações do Programa de Reflorestamento da Cidade do Rio de Janeiro, que juntamente com outras modalidades de execução tem contribuído para o incremento da cobertura florestal do município.

▶ Programa de Reflorestamento da Cidade do Rio de Janeiro

Visa à restauração da cobertura vegetal da cidade do Rio de Janeiro, bioma Mata Atlântica; recuperando áreas degradadas e áreas de proteção permanente. Seus principais objetivos são: elaborar e coordenar a execução de projetos de recuperação de ecossistemas naturais degradados no Município do Rio de Janeiro; avaliar a evolução das áreas reflorestadas, prevenindo seus fatores de risco, e elaborar e propor normas, regulamentos técnicos e procedimentos, voltados para recuperação de áreas degradadas e à manutenção da cobertura florestal, que garantam sua biodiversidade.

▶ Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PMGIRS)

Um de seus objetivos específicos é promover a gestão integrada de resíduos sólidos no Município. É parte integrante do Plano Municipal de Saneamento Básico de Água e Esgoto do Município do Rio de Janeiro (PMSB-AE), estabelecido pelo Decreto Municipal nº 34.290/2011.

▶ Programa de Coleta Seletiva e sua Ampliação na Cidade

Programa em implantação, fruto de parceria entre a Prefeitura da cidade do Rio de Janeiro e o BNDES, contou desde o início de seu desenvolvimento com ampla participação de catadores, representantes de cooperativas e de associações de catadores, e respectivas lideranças, que puderam opinar por meio de um canal de comunicação estabelecido pelo Município e pela área de inclusão social do BNDES.

V.B.4 Compatibilidade com o Empreendimento

Os programas apresentados se concentraram na relação do empreendimento com as áreas temáticas de abrangência, ou seja, nas atividades pesqueira e turística, e na questão ambiental em diversos níveis. Sendo assim, é relevante destacar a potencialidade turística explorada nos âmbitos federal, estadual e municipais; as iniciativas de educação ambiental, tanto por parte do poder público quanto pelas organizações não governamentais que costumam participar de processos políticos com foco na justiça ambiental; e pela atuação das ONGs junto aos pescadores e a população em geral com o objetivo de conscientizar os habitantes sobre a importância da conservação e preservação das áreas litorâneas e do próprio ambiente marinho.